

Dívida Pública

Dívida do Tesouro cresce 6,7% em junho

De Brasília

VALOR ECONÔMICO

25 JUL 2002

Artes - P. M. M. C.

A desvalorização cambial de 12,72% do real no mês passado causou estrago na contabilidade do governo federal. A dívida líquida total do Tesouro nacional em poder do público cresceu 6,67% em junho, passando de R\$ 327,597 bilhões para R\$ 349,454 bilhões. A participação dos títulos públicos indexados ao câmbio no total do débito aumentou 1,3 ponto percentual, passando de 13,61% para 14,91% do total, apesar do resgate líquido de R\$ 2,9 bilhões em NTN-D que foi realizado no mês passado.

A forte desvalorização cambial afetou até mesmo o custo médio da Dívida Mobiliária Federal em poder do público. Em maio, o custo médio era de 34,65% ao ano e passou para 72,19% ao ano em junho. Mas, como lembrou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, esses números não refletem o verdadeiro custo de financiamento da dívida pública. Excluindo-se os títulos cambiais, informou Guardia, o custo médio da dívida pública mobiliária federal passou de 18,42% em maio para 19,63% ao ano em junho.

A explicação para os efeitos da desvalorização nas contas públicas é que os valores da dívida externa e de títulos indexados ao câmbio são contabilizados em reais. Por isso, uma desvalorização da moeda pode aumentar fortemente o estoque da dívida, como ocorreu em junho, mesmo sem novos empréstimos. Guardia notou que a desvalorização relevante para as contas públicas é aquela que incide sobre a parcela da dívida que está vencendo no mês, pois somente esta terá impacto no caixa do Tesouro.

O estoque da dívida mobiliária em poder do público cresceu R\$ 6,2 bilhões no mês passado. O governo fez um resgate líquido de títulos no montante de R\$ 9,7 bilhões, com as emissões correspondendo a R\$ 6,6 bilhões e os resgates a R\$ 16,3 bilhões. O crescimento do estoque da dívida mobiliária foi mais do que compensado pelo aumento dos haveres contratuais do Tesouro e de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias), que atingiram o montante de R\$ 9,5 bilhões. Assim, a dívida interna líquida caiu R\$ 3,3 bilhões, em junho, ou 0,3 ponto percentual do PIB.

A composição da dívida mobiliária também sofreu alteração em junho. Além do aumento da participação de títulos indexados ao câmbio, houve também uma redução de 1,02 ponto percentual na participação dos títulos prefixados em razão do resgate líquido de R\$ 5,6 bilhões em LTN.

A nota técnica divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda sobre os resultados do Tesouro Nacional diz que as operações efetuadas pelo Banco Central no mercado secundário representaram outro fator de impacto na composição da dívida mobiliária no mês passado. O BC transferiu para sua carteira R\$ 1,5 bilhão de LFT que se encontravam em poder do mercado e, em contrapartida, realocou R\$ 2,1 bilhões de NTN-D que estavam em sua carteira.

Em junho, o prazo médio da dívida pública do Tesouro Nacional em poder do público reduziu-se em 2,4 meses - passou de 39,16 meses em maio para 36,76 meses no mês passado. Segundo a nota do Ministério da Fazenda, essa redução explica-se, principalmente, pelas operações do Banco Central no mercado secundário em que foram trocados títulos (LFT e NTN-D) de prazos longos por outros de mais curto prazo.

Quanto às LFT, o Banco Central comprou do mercado R\$ 47,4 bilhões com prazo médio de 31,23 meses e vendeu R\$ 45,9 bilhões com prazo médio de 7,69 meses. Em relação às NTN-D, o BC comprou do mercado R\$ 4,7 bilhões com prazo médio de 26,38 meses e vendeu R\$ 6,8 bilhões com prazo médio de 11,01 meses. (R.O.)